ABERTURA DE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO — CALAMIDADE PÚBLICA

— *Interpretação do art. 75, parágrafo único, da Constituição.*

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

DECISÃO

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Aviso n.º 1.028, de 17 dêste mês, consultando, com fundamento no artigo 94 do R.G.C. Pública, sobre a legalidade da abertura do crédito extraordinário de Cr\$ 3.000.000,00, destinado a habilitar a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro a executar as obras indispensáveis e urgentes que possibilitem a regularização do tráfego em vários trechos da linha Petrolina-Paulista (PG. 17.739). — O Tribunal resolveu que é expediente legal a abertura do referido crédito extraordinário.

O Sr. Ministro Relator proferiu o seu voto nos seguintes termos:

I — “Em regra, só o Legislativo tem competência para autorizar a abertura de *crédito* (Constituição, artigo 65, n.º VI).

Não constitui “cauda orçamentária” a autorização inserta na lei de meios, permitindo a abertura de créditos *suplementares* até quantitativos previamente fixados (Constituição, arts. 73, § 1.º, n.º 1, e 75).

Se a Constituição, em texto especial, “admite” a abertura de crédito extraordinário por *necessidade urgente* ou *imprevista*, em caso de *calamidade pública* (artigo 75, parágrafo único), é porque, quando da sua elaboração, tinha conhecimento da existência de *lei ordinária*, de *caráter genérico*, habilitando o Executivo a abri-lo, em qualquer mês.

Essa lei anterior é o Código de Contabilidade (Ver artigo 80, § 1.º, alínea a. Reg. Contabilidade Pública, artigo 94; cfr. Constituição de 1934, artigo 186, § 1.º).

II — O aviso de fls., consultando o Tribunal sobre a possibilidade da abertura do crédito extraordinário, relata fato e o situa como *calamidade pública*.

Que é calamidade?

“Se perguntardes aos gramáticos, donde se deriva êste nome calamidade: calamitas? Responder-vos-ão, que de cálam. E que quer dizer cálam? Quer dizer cana, e pena; porque penas antigamente faziam-se de certas penas delgadas...”

Se as penas de que se serve o Rei não forem sãs, destes cálamos se derivarão tôdas as *calamidades públicas*” (Padre Antônio Vieira, *Sermões*, vol. 1, págs. 513 e 514).

“Era de ânimo tão inteiro (Epitecto), que cada hora desafiava ao nosso Júpiter, pedindo que *chovesse* sobre êle tôdas as *calamidades*, com que os outros não podiam” (Francisco Manuel de Melo, *Apólogos Dialogais*, página 516).

IV — Amaro Cavalcânti, em 1897, emitiu conceitos que merecem ser lembrados neste momento: “Como *calamidade pública* só pode ser considerada, em tese, além das sêcas prolongadas e devastadoras, dos grandes incêndios e *inundações* e de outros flagelos semelhantes, a invasão súbita do Território de um Estado por moléstia contagiosa ou pestilencial, suscetível de grande extensão epidêmica e disseminação rápida e de alta letalidade...” (Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, pág. 271. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1897. Ver ainda Araújo Castro, *A Nova Constituição Brasileira*, pág. 67, nota 12. Rio de Janeiro, 1935).

V — Isto pôsto, é meu voto que se responda ser expediente legal a abertura do crédito extraordinário de três milhões de cruzeiros.

Sala das Sessões, 29 de julho de 1947. *Ruben Rosa*.